

Nasce a Vocería dos Povos para um novo Chile diante do processo constituinte

Via [Resumen](#)

33 constituintes se apresentaram como porta-vozes de um espaço político articulado para enfrentar juntos e unir o processo constituinte em andamento. Para isso, nesta terça-feira eles expressaram seis pontos essenciais para iniciar a deliberação do poder constituinte que eles representam. A vocería está aberta para acrescentar novos constituintes à sua articulação.

A conferência de imprensa contou com a resposta de todos os constituintes às perguntas da imprensa participante, numa perspectiva horizontal e gerando um novo exercício de definição política. A vocería é articulada a partir de movimentos e organizações que vêm trabalhando há muito tempo e não apenas pela circunstância eleitoral.

O grande grupo de constituintes inclui representantes da lista do povo, listas de assembleias e movimentos independentes e povos originários, a força que eles representam procura dar voz às comunidades de todo o país, apresentando-se em oposição às regulamentações e diretrizes que o governo pretende impor à convenção para seu trabalho e funcionamento, chamando os setores populares a participar ativamente do processo.

Uma questão importante tem a ver com a incorporação da Convenção 169 da OIT sobre os povos originários, isto é necessário para trabalhá-la dentro do processo que dará vida à nova carta fundamental, onde os constituintes da vocería estão abertos a esta incorporação como pano de fundo para a construção de um estado plurinacional.

Como elemento anterior à articulação da vocería é a declaração

do Dia do Meio Ambiente, com 34 constituintes signatários, que lança as bases para uma constituição ecológica e que é endossada na declaração divulgada hoje.

Quando questionados sobre a criação das comissões, o grupo de constituintes aponta que eles não querem que elas se articulem em torno de especialistas, mas que sejam expressivos de diversidade, com elementos que incorporem a plurinacionalidade e que, fundamentalmente, respondam à deliberação das comunidades de base, portanto, são propostos a partir da descentralização para trabalhar o conteúdo da nova Constituição.

O novo agrupamento assinala que é importante que as organizações e as pessoas em geral continuem se mobilizando, enfatizando que – dado que as pessoas mobilizadas são os precursores deste processo – elas não devem se afastar do trabalho da Convenção Constitucional.

Finalmente, os seis pontos que são expostos como declaração pública do novo espaço político estão relacionados a exigir o fim da prisão política resultante do Estallido Social; verdade e justiça pelos crimes de ontem e de hoje pelo terrorismo de Estado; reparação pelas violações dos direitos humanos, incluindo a violência política sexual; desmilitarização de Wallmapu para dar lugar a um Estado plurinacional; acabar com as expulsões ilegais da população migrante e salvaguardar a soberania do poder constituinte sem impor limites além do respeito aos direitos fundamentais, rejeitando a urgência do projeto TPP-11.